

O ESTADO, A GRAMÁTICA, A AUTORIA LÍNGUA E CONHECIMENTO LINGÜÍSTICO*

Eni Puccinelli Orlandi
DL-IEL/LABEURB-NUDECRI
UNICAMP

RESUMO: Tomando o processo de gramatização do Brasil, procuramos elaborar os seus sentidos, observando inicialmente a divisão desta produção em São Paulo (tendência filosófica) e Rio de Janeiro (tendência histórica). Em seguida, avaliamos as diferentes definições de gramática e seus efeitos de sentido. Por último, e não menos importante, consideramos a relação entre o Estado, a Gramática e a Autoria do gramático na legitimação da relação do sujeito brasileiro com sua língua nacional. Entra então em consideração a diferença da autoria no século XIX e depois do decreto que estabelece a Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB) – 1958 – em um percurso progressivo em direção à cientificidade em que o conhecimento gramatical vem caucionado pelo lingüista.

RÉSUMÉ: Dans l'analyse du processus de gramatisation du Brésil, nous cherchons à comprendre ses sens par l'observation de la division de la production d'un savoir métalinguistique à Rio (tendance historique) et à São Paulo (tendance philosophique). Ensuite nous observons les différentes définitions de grammaire et leurs effets de sens dans cette histoire. Finalement, mais non moins important, nous considérons le rapport entre l'Etat, la Grammaire et la fonction-auteur du grammairien dans la légitimation du rapport du sujet brésilien à la langue nationale. Il s'agit alors de prendre en compte cette fonction-auteur au XIXème siècle et celle qui s'institue à partir du décret de la Nomenclature Grammaticale Brésilienne (NGB) - 1958 - moment où l'Etat brésilien s'est déjà bien constitué, dans un parcours où il y a un développement progressif de la scientificité et où le savoir grammatical est cautionné par le linguiste.

1. Gramatização, Gramática e Emergência das Primeiras Gramáticas

PENSAMOS A gramática tendo como referência a articulação da história das idéias (teorias) lingüísticas com a história da constituição da língua nacional.

A compreensão desse objeto de reflexão exige, por si, o estabelecimento de procedimentos metodológicos específicos (S.

Auroux, 1992, E. Orlandi, 1996). Trata-se de procedimentos que investigam a gramatização¹ das línguas, isto é, a sua instrumentação através de dicionários, vocabulários, enciclopédias, gramáticas.

Nossos pressupostos, quando pensamos esta articulação entre a constituição do saber metalingüístico e a constituição da língua nacional (no caso, o português do Brasil), se sustentam na observação do papel desempenhado pela ligação necessária entre a idéia de unidade e a de variedade presente tanto nos estudos sobre a linguagem como na constituição de “uma” língua nacional relacionada a seus falantes.

Tenho proposto uma articulação entre a história das idéias lingüísticas e a história da constituição da língua objetivando tomar em consideração essa ligação como parte da construção de nossa sociedade na história. Interessamos nessa perspectiva relacionar a constituição da língua nacional e do Estado atravessados pela construção de uma história da ciência e suas políticas.

Resta dizer que tratamos da história das idéias lingüísticas (e não só da história da lingüística) pois além de tomarmos assim o ponto de vista interno ao próprio conhecimento sobre a linguagem e não, como o historiador, o ponto de vista externo, podemos estar atentos às formas que o saber lingüístico tomou no Brasil ao longo de sua história, até se constituir na forma em que hoje se reconhece o que chamamos Lingüística. Isto permite alargar a reflexão para pensar a Lingüística dentro das relações de conhecimento mais gerais e, particularmente, dentro da história das idéias.

Nesse sentido, embora a Análise de Discurso não esteja diretamente concernida, ela nos dá um apoio metodológico que alarga nossa capacidade de compreensão, já que nos permite pôr em relação diferentes ordens de discurso: a do saber “sobre” a língua e a do saber “a” língua².

Pretendemos, desse modo, propiciar que se situe com mais clareza a produção do conhecimento lingüístico no Brasil, no conjunto da história da ciência, e a produção das idéias que vão permitindo a construção de “nossa” língua. Por extensão, procuramos compreender como, através da construção da unidade da língua, se constrói simultaneamente o cidadão que a fala.

Tratamos da história das idéias lingüísticas nas condições próprias da história brasileira: uma colônia portuguesa que se torna Estado independente no início do século XIX.

Embora haja índices aqui e ali dispersos em nossa historicidade, os nossos estudos de linguagem passam a se caracterizar como uma questão

brasileira só a partir do século XIX, quando se coloca a questão do Português do Brasil e não somente a questão do Português. Nesse momento também começam-se a produzir gramáticas brasileiras da língua portuguesa. É então que o estudo do Português liga-se significativamente à constituição das idéias lingüísticas no Brasil. Antes, essa questão subordina-se à apropriação do Brasil por Portugal.

Tenho insistido em que a Língua, a Ciência e a Política estabelecem entre si relações profundas e definidoras na constituição dos sujeitos e da forma da sociedade. Ao mesmo tempo em que o conhecimento lingüístico vai-se constituindo como ciência, a questão da Língua é afetada pela relação do sujeito com o Estado, relação esta que tem sua forma mais visível na formulação específica das Políticas Lingüísticas: invasões, exclusões, hierarquizações, interdições (E. Orlandi, 1990,1998).

Para compreender essas relações tenho trabalhado com as primeiras gramáticas do processo de gramatização brasileira, em especial a de Júlio Ribeiro (1881) e a de João Ribeiro (1887).

Para compreender a história da emergência das Gramáticas Brasileiras nesse processo, tenho refletido não só sobre as gramáticas e os aparatos que lhes vêm apensos (como prefácios, prolegômenos, notas) mas tenho também analisado outros escritos desses autores e as referências feitas a eles por terceiros como A. Nascentes, M. Câmara, E. Pimentel etc. Toda essa produção compõe o sentido da tomada em mãos pelos brasileiros do processo de gramatização do português em nosso território.

Um aspecto interessante a se observar é o aparecimento das gramáticas em São Paulo e no Rio de Janeiro: no Rio de Janeiro, a filiação é predominantemente a da Gramática Histórica e, em São Paulo, a da Gramática Filosófica. Segundo Eduardo Carlos Pereira, uma, a Histórica, é a tendência moderna, a outra, a Filosófica é a tendência tradicional e, segundo ele, é importante não confundi-las. Os sentidos atribuídos a estas tendências e o prestígio de cada uma delas é diferente ao longo de nossa história.

Antes do século XIX há iniciativas de produção de gramáticas como:

- a. O Dicionário de Moraes, contendo o Epítome de Gramática. Mas embora seja um brasileiro, sua produção se dá em Portugal e em condições que caracterizam uma autoria predominantemente portuguesa.
- b. A Gramática do Frei Caneca, que tem também um tratado de eloqüência³.

No final do século XIX, com as instituições escolares organizadas, começam a aparecer as primeiras gramáticas de professores de colégios em São Paulo e no Rio de Janeiro:

1881 Júlio Ribeiro, *Gramática Portuguesa*, Colégio Culto à Ciência, Campinas, São Paulo.

1887 João Ribeiro, *Gramática Portuguesa*, Colégio Pedro II (professor de História), Rio de Janeiro.

1887 Maximino Maciel *Grammatica Analytica (Descriptiva)*, Colégio Militar do Rio de Janeiro.

1887 Pacheco Silva e Lameira de Andrade, *Gramática da Língua Portuguesa* (para uso dos ginásios, liceus e escolas normais), no Rio de Janeiro.

1907 Eduardo Carlos Pereira, *Gramática Expositiva*, Ginásio Oficial, São Paulo. Em 1914 publica sua *Gramática Histórica*.

Em geral pode-se pensar em duas filiações de gramáticas:

1. De um lado, embora esses autores reiviniquem a autoridade do comparatismo, há uma filiação ao tratamento da gramática geral, em que se toma a linguagem como expressão do pensamento. Mas há aqui duas filiações distintas: a. a de Júlio Ribeiro, que se reporta ao naturalismo, e que se inscreve sobretudo na tradição anglo-germânica (não nos esqueçamos que Júlio Ribeiro é filho de pai americano e cita, com freqüência, W.D. Whitney, precursor da Linguística Estrutural do século XX); b. a de Eduardo Carlos Pereira, em sua *Gramática Expositiva*, que está efetivamente ligada à gramática geral considerando que as formas linguísticas expressam sentidos.

É interessante observar que a presença da gramática de Eduardo Carlos Pereira (que teve 102 edições) só enfraquece com a NGB em 1958/1959. Qual é o destino da gramática de Júlio Ribeiro?

Segundo o que pensamos, ele se qualifica, na história da gramatização, como um lugar de referência absoluto, aquele que significa um discurso fundador da história da gramática brasileira. Ele estabelece a ruptura que será mencionada por todos os gramáticos quando quiserem estabelecer uma filiação de gramática brasileira. Nesse sentido, não é o uso de fato de sua gramática (na escola, por exemplo) que dá sua importância mas o mecanismo de *citação* que faz dele a referência primeira. Ele é assim uma figura emblemática do processo de gramatização brasileira da língua nacional. Ele realiza de modo exemplar a relação Estado/Língua/Conhecimento Linguístico, enquanto autor nacional.

2. De outro lado, há a efetiva filiação às gramáticas históricas. É o caso de João Ribeiro, de Pacheco Silva e Lameira de Andrade, que referem o comparatismo francês, notadamente de Darmesteter, mas que trazem outras fontes como Littré. Autores como Whitney, por sua vez, são referência tanto de gramáticos como Júlio Ribeiro quanto de João Ribeiro e outros.

Não se trata de pensar a *influência* de autores estrangeiros sobre nossos autores, mas de considerar como nossos autores se filiam a linhas de reflexão lingüísticas para poderem formular suas idéias e constituírem o nosso pensamento gramatical assim como a idéia de uma língua nossa, no Brasil⁴.

Também a fundação das Escolas, no Império e no final do Império, com a vinda da República, é parte constitutiva desse pensamento lingüístico.

Finalmente, podemos perguntar: o que as gramáticas têm em comum? Em que diferem? Como se constróem essas gramáticas?

O que podemos observar é que elas se estabelecem:

- a. Como construção de uma posição teórico-metodológica;
- b. Como artefato de ensino;
- c. Como artefato de descrição.

Esses seus modos de estabelecimento certamente afetam os seus sentidos, entretanto não se trata, no plano metodológico, de dizer quais são os precursores de nossas gramáticas como se elas só repetissem. É preciso ver como elas se organizam, como elas organizam as repetições de outros autores, anteriores ou contemporâneos, como elas silenciam outros autores e o que isso produz de específico.

Os autores estrangeiros não são simplesmente repetidos, falados aqui no Brasil. Esta história que procuramos compreender e explicitar não é uma historiografia. Ela considera as condições da historicidade. Não há, nessa perspectiva, precursores mas filiações sutis. Não há influências em uma só direção, mas relações de sentidos. Não há reprodução teórica mas transferência, re-significação. Esta é a contribuição específica que a Análise de Discurso acrescenta a um estudo deste gênero.

2. Júlio Ribeiro e João Ribeiro: São Paulo e Rio de Janeiro

Nessa direção, gostaria de trazer, apenas como ilustração, um caso exemplar de nossa história. Trata-se da definição de *gramática* em Júlio Ribeiro, em Maximino Maciel e em João Ribeiro.

Júlio Ribeiro, de São Paulo, professor do Colégio Culto à Ciência, representa a tendência da Gramática Filosófica. O próprio de Júlio Ribeiro é, na filiação naturalista, considerando que estudos gramaticais como os de Jerônimo Soares Barbosa são uma metafísica, propor que se pense a gramática como *uma exposição de fatos*, ou, como ele mesmo diz, *a gramática é a exposição metódica dos fatos da linguagem*. Acrescenta ainda que a gramática não faz leis e regras para a linguagem, ela “expõe os fatos della, ordenados de modo que possam ser aprendidos com facilidade”.

De seu lado, João Ribeiro dirá que a *Gramática é a coordenação e exposição das regras da linguagem*.

À primeira vista, só pela definição estrita - Júlio fala em fatos e João em regras - poder-se-ia aproximar a definição de João Ribeiro como sendo mais formal e a de Júlio Ribeiro como ancorada na diversidade (dos fatos). Não é assim e isso fica claro no modo como ele distingue as diferentes espécies de gramática: a. Gramática geral (exposição metódica dos fatos de linguagem em geral), b. particular: exposição metódica dos fatos de uma língua determinada e c. gramática portuguesa: é a exposição metódica dos fatos da língua portuguesa.

Por seu lado, João Ribeiro, que exhibe em sua definição a noção de regra, retoma no entanto a seu modo a noção de fato de Júlio Ribeiro, e acrescentará: “deve-se entender, porém, que não há leis propriamente como há pouco queriam os *neogramáticos* (...) As leis representam *tendências* em dado grupo ethnico e linguístico”. Podemos observar como, no desenvolvimento de sua definição em geral e em seu trabalho de gramático, ganha corpo a filiação com a gramática histórica.

Ele distinguirá a. Gramática Geral: é a que expõe os princípios lógicos da linguagem. Era o antigo conceito da chamada *grammatica philosophica*; b. a Gramática Particular: é a que expõe os princípios e as particularidades especiaes de cada idioma; a Gramática Histórica: é a que estuda os factos da língua em seus diversos períodos, desde a origem e formação até a época actual e d. Gramática Comparativa: que é hoje a verdadeira *grammatica geral*, é a que estuda os factos communs ou diferentes, em grupo de línguas que têm a mesma origem.

E dirá mais explicitamente sua filiação: “A *grammatica geral* ou *philosophica*, de antigo teor, tem já caído em desuso. Comtudo não é um estudo estéril quando se funda no conceito da história e da comparação hoje indispensável no estudo superior das línguas”.

Resta observar que João Ribeiro considera inseparáveis Gramática e Dicionário: além dos fatos gerais, indicados nas gramáticas, também há fatos isolados “que só a pratica da linguagem veria ou o dicionário poderia ensinar”.

Maximino Maciel introduz explicitamente na definição a noção de *norma*: a gramática é a “sistematização lógica dos factos e norma de uma língua qualquer”. Isto não significa que a noção de norma não estivesse presente nos outros. Para João Ribeiro também, a gramática não histórica é normativa. Diz ele: “Grammatica descriptiva (ou expositiva ou practica) é a arte que ensina a falar e a escrever correctamente, isto é, segundo o uso das pessoas doudas”. Quase o mesmo dirá Júlio Ribeiro, com a diferença que distinguirá e relacionará o ouvir bons oradores e o aprender pela gramática: “Ouvindo bons oradores, conversando com pessoas instruidas, lendo artigos e livros bem escriptos, muita gente consegue fallar e escrever correctamente sem ter feito estudo especial de um curso de grammatica. Não se pode negar todavia que as regras do bom uso da linguagem, expostas como elas o são nos compêndios, facilitam muito tal aprendizagem...”.

3. Conhecimento e Legitimidade Nacional

Não há como mostrar uma continuidade, em linha reta, entre essas idéias e a Lingüística tal como ela se institui como disciplina científica com Saussure e como ela vai se constituir no Brasil mais tarde (E. Orlandi, 2000). Mas se há um trabalho de filiações que prepara o caminho para a instalação da Lingüística há, sobretudo, um trabalho de institucionalização da relação do sujeito (brasileiro) com a língua (portuguesa) ao mesmo tempo em que se constituem os lugares de representação (escola, gramática, manuais, literatura) da nossa forma de sociedade, tal como mostraremos a seguir. E a escrita, o conhecimento sobre a língua e a identificação com uma língua nacional é fundamental para esta forma que tem a nossa sociedade e a nossa República. Assim, podemos dizer que – embora de forma indireta e não em relação de causa e efeito – a institucionalização da relação com a linguagem, explicitada, entre outros, pela produção das gramáticas, produz os germens que viabilizarão a passagem para o estabelecimento da Lingüística.

Toda essa argumentação em torno da gramática histórica ou filosófica traz em si a tensão silenciosa a respeito da especificidade do português que nós falamos, suas relações com o de Portugal, com outras línguas, via forma

das gramáticas. Mas só em alguns (por exemplo Lameira de Andrade e Pacheco Silva) essas questões ganham uma explicitação mais clara. A ambigüidade que vejo, posta nesse silêncio tenso, resulta da necessidade de se tornar visível uma particularidade e, ao mesmo tempo, reconhecer-se através do português de Portugal para ter uma legitimidade de origem (o latim como língua de origem das línguas ocidentais latinas), garantindo um lugar para “nossa” língua, a portuguesa, no cenário das línguas ocidentais. Esta é uma marca ao mesmo tempo de legitimidade da língua e de cientificidade na filiação da gramática.

Por outro lado, a relação de autoria – todos eles são, além de gramáticos, professores, ou historiadores, ou literatos etc. tendo mais de uma posição de autoria – joga na produção de efeitos de sentido da brasilidade. João Ribeiro, por exemplo, tem extensa obra, na qual aponta como um dos principais historiadores. Ora, analisando sua obra como historiador, uma de suas características é a de ter rompido com uma certa forma de se contar a história – a de ficar nos fatos administrativos e políticos – e realizar uma outra forma – de filiação alemã (a *Kulturgeschichte*) – que privilegia justamente a história do povo, da cultura etc. o que permite ao brasileiro se representar e se dizer de outra maneira que não a dita pela história de Portugal. Júlio Ribeiro, ninguém desconhece, é autor do naturalismo literário brasileiro (*A Carne*, um de seus romances mais conhecidos) produzindo aqui, nesse lado do Atlântico, uma literatura que não é portuguesa. Em relação aos dois autores, essas diferentes posições de autoria dizem coisas diferentes (da língua, da história, da literatura) nesse mesmo lugar (o da constituição do país, da brasilidade). Isto, no entanto, fica posto mas não exposto. Caberá ao trabalho intelectual – das Escolas, dos debates, dos manuais, das publicações em geral – dar forma explícita, uma formulação conseqüente que, por sua vez, será trabalhada pelo político na forma da República.

4. O Estado, a Gramática, a Autoria

O que significa, no século XIX, ser autor de Gramática? E como esta história continua no século XX? Quais são as condições de sua produção?

Vamos procurar, nesse passo, entender o jogo enunciativo que representa, na realidade, um *acontecimento discursivo*⁵ importante em nossa história. Esse acontecimento é caracterizado pela passagem discursiva dita na diferença desses dois enunciados “Língua Portuguesa

do Brasil/Língua Portuguesa no Brasil”.

Para compreendermos essa passagem, temos de analisar o que significa, no século XIX, ser *autor* de gramática no Brasil e qual é o destino dessa autoria no século XX.

Ser autor de gramática no século XIX no Brasil é assumir a posição de um saber lingüístico que não reflete meramente o saber gramatical português. Nesse momento, o da irrupção da República, não basta que o brasileiro saiba sua língua, é preciso que, do ponto de vista institucional, ele saiba que sabe (E. Orlandi, 1996). A gramática, dessa perspectiva, é o lugar em que se institui a visibilidade desse saber legítimo para a sociedade. Ao deslocar para o território brasileiro a autoria da gramática – a gramática continua, na maior parte das vezes, a se chamar *Grammatica Portugueza* (cf. Júlio Ribeiro, 1881) ou *Grammatica da Língua Portugueza* (cf. Pacheco Silva e Lameira de Andrade, 1887) – o que os gramáticos brasileiros estão deslocando é a autoridade de se dizer *como* é essa língua. Ser autor de uma gramática é ter um lugar de responsabilidade como intelectual e ter uma posição de autoridade em relação à singularidade do português do Brasil.

Esse saber pode e deve estar relacionado à produção internacional. Nesse sentido, não há, como dissemos, apenas “influência”, reprodução de idéias estrangeiras no Brasil. Se pensamos em termos discursivos, temos relações de sentidos que se estabelecem entre o português do Brasil e o de Portugal e veremos nessas “influências”, nessas filiações teóricas um processo de re-significação, de historicização, tanto da língua quanto do saber sobre ela.

A unidade do Estado se materializa em várias instâncias institucionais. Entre essas, a construção da unidade da língua, de um saber sobre ela e os meios de seu ensino (a criação das escolas e seus programas) ocupa uma posição primordial. A gramática, enquanto um objeto histórico disponível para a sociedade brasileira, é assim lugar de construção e representação dessa unidade e dessa identidade (Língua/Nação/Estado).

Ao trazerem o gesto da autoria para si, os primeiros gramáticos brasileiros como Júlio Ribeiro, João Ribeiro, Maximino Maciel, Lameira de Andrade e Pacheco Silva etc. estão participando da construção do Estado brasileiro. A história da língua, da produção de objetos que representam para a sociedade o conhecimento sobre ela, assim como a dos que a praticam (os cidadãos) estão inextricavelmente ligados. O processo de gramatização brasileira do português constitui assim um saber sobre a

língua e as suas singularidades, e processa a historicização da língua no território nacional.

Desse modo, a identidade lingüística, a identidade nacional, a identidade do cidadão na sociedade brasileira traz entre os componentes de sua formação a constituição (autoria) de gramáticas brasileiras no século XIX. E a posição-sujeito autor de gramática é parte essencial dessa história.

Inaugura-se pois uma posição-sujeito gramático brasileiro. Um lugar de produção legítima de conhecimento sobre a língua que corresponde a um gesto de *apropriação* (autoria) dessa língua.

O sujeito que fala o português brasileiro é distinto do sujeito que fala o português de Portugal e isso é elaborado pela autoria do gramático brasileiro no século XIX, dadas as condições de produção dessa autoria e do sentido da gramatização nesse momento.

Além disso, essa autoria legítima, ao mesmo tempo, a relação do brasileiro com a escrita. Temos uma língua, temos uma gramática, e temos sujeitos brasileiros da (nossa) escrita⁶.

Desde o início, no século XVI, certamente pelo fato de que a língua falada no Brasil era re-significada em relação ao que se falava em Portugal, produziram-se aqui novos sentidos por novos sujeitos (ainda não bem discerníveis entre os portugueses, os índios e os mestiços) que iam constituindo a sociedade brasileira. Mas a legitimidade dessa sociedade com suas instituições próprias, com sua língua, seu saber e seu poder político (a Independência e depois a República) é elaboração particular ao século XIX.

O gesto do gramático, que é um gesto de interpretação em relação à língua que falamos, tem como projeção o sujeito e a língua nacional, referidos ao Estado.

A gramatização do português brasileiro, mais do que um processo de construção de um saber sobre a língua nacional, tem como consequência algo mais substancial e definidor: a constituição de um sujeito nacional, um cidadão brasileiro com sua língua própria, visível na gramática. São processos de individualização que são desencadeados: individualiza-se o país, individualiza-se seu saber, individualiza-se seu sujeito político e social.

Com a autoria dos gramáticos (e os literatos, os historiadores, os políticos brasileiros etc) o século XIX é, entre outras coisas, um momento intelectual definidor na direção de se pensar a língua, suas instituições e seus sujeitos, assim como a escrita (“Escrever-se como se fala no Brasil e não como se escreve em Portugal”, diz Macedo Soares).

O movimento de que faz parte a autoria brasileira das gramáticas é um grande movimento de tomada em mãos da nossa história, da configuração de nossa sociedade. Ao assinar a gramática, nossos autores nos “transferem” seu saber sobre a língua, o tornam acessível a nossa sociedade (não toda pois, como sabemos, as divisões sociais são uma realidade institucional inequívoca do sistema republicano). A República é uma prática política que vai favorecer o desenvolvimento das Instituições: Escolas (elaboração consciente de um saber sobre a língua, sobre as coisas do Brasil, etc.), projetos de ensino, Dicionários, Gramáticas, Antologias.

Com a Independência, em 1822, o Estado brasileiro se estabelece e a questão da língua se evidencia. Um exemplo disto é o fato de que, em 1826, já se coloca a discussão, a partir de um projeto proposto no Parlamento, portanto a nível do poder constituído, de que os diplomas dos médicos devem ser redigidos em “língua brasileira”. Nos anos que seguem e com a vinda da República tanto o Estado como a questão da língua brasileira se configura mais decididamente e o período de que acabamos de falar, o da emergência das gramáticas no século XIX, atesta o vigor dessa época e dessa relação: língua e Estado se conjugam em sua fundação.

5. O Gramático e o Linguísta

Após essa fase, já nos inícios de 1900, esse cenário se modifica. O Estado brasileiro já se configura com clareza e é ele próprio a garantia da nossa diferença em relação a Portugal. Surge a Academia Brasileira de Letras, firmam-se acordos ortográficos, criam-se Faculdades, já que a instituição Escola adquire maturidade. Então, as gramáticas já não têm a função de dar forma aos difíceis limites da identidade brasileira, só o de mantê-los. Surgem então as inúmeras gramáticas, cujas diferenças já não referem a autorias de gramáticos em suas filiações mas dizem respeito a diferenças descritivas e analíticas de pormenor: filigranas de diferenças na análise da oração e de complementos, adjuntos x e y etc. Passa a haver uma profusão de gramáticas, o que leva inclusive M. Câmara a afirmar em defesa da NGB: “Da minha parte tenho a dizer de início que considero a nova Nomenclatura Gramatical um excelente passo para combater o arbítrio e a fantasia individual em matéria de nomenclatura. No século XIX, dizia-se que todo professor de filosofia alemão se achava obrigado a criar um sistema filosófico seu. A Alemanha é a terra da Filosofia; no Brasil, que é a terra da Gramática, todo professor de português se acha

obrigado a criar uma nomenclatura gramatical sua” (p. 56, *Dispersos*, 1972). Há aí muita coisa a se comentar. Fica aqui apenas a referência a essa “multiplicidade quase estonteante” (M. Câmara, *idem*) de produção de nomenclatura gramatical.

A questão que nos interessa é que nessa profusão de autorias começa o apagamento da materialidade da autoria praticada no século XIX, aquela que garantia a construção conjunta de uma língua nossa e um Estado nosso. Tendo já a garantia de um nosso Estado, o exercício da produção de gramáticas tem outra forma e sentido no século XX. Com a NGB (1959) este estado de coisas muda sensivelmente, quando é uma comissão que, a partir de um decreto, estabelece a homogeneidade de uma terminologia que des-autoriza as variadas posições (gramática geral, gramática histórica, gramática analítica, gramática descritiva etc) dos gramáticos que traziam para si a responsabilidade de um saber sobre a língua⁷.

Depois desse deslocamento, a autoria do saber sobre a língua deixa de ser uma posição do gramático e será patrocinada pelo lingüista. Saber como a língua funciona dá autoridade ao lingüista para dizer como *uma* língua é (português no Brasil/ português europeu). A autoria da gramática passa a necessitar da caução do lingüista, já que este tem o conhecimento científico da língua. Há uma transferência do conhecimento do gramático para o lingüista. Fica para o gramático a nomatividade, a uniformidade terminológica e o desígnio pedagógico da língua nacional (em que a variedade entra como complementar, às margens).

6. Estado, Ciência, Ensino

Duas coisas devem ser observadas nesse processo:

a. Nessa primeira fase, a que se inicia com a autoria dos gramáticos (séc. XIX), é que faz sentido o enunciado “A língua Portuguesa *do* Brasil” pois é a própria pertinência ao Brasil que está em disputa. A partir daí, com as garantias já dadas pela existência de nosso Estado, com nossa língua, a especificação é só uma localização: “Língua Portuguesa *no* Brasil”.

b. O trajeto que podemos observar mostra também o deslizamento cada vez mais forte de uma posição política e intelectual para uma posição marcadamente científica da questão posta pela língua. Isto é, há uma trajetória de desenvolvimento marcada pela implementação da cientificidade. Na medida em que o Estado se define e nossa sociedade tem sua forma, a cientificidade é um argumento para a afirmação dessa

identidade. E isto afeta a questão da língua e do saber sobre ela. O que se reflete evidentemente sobre a questão do ensino, da Escola: com a Lingüística o tratamento da língua se coloca no âmbito da ciência e a relação com a Escola é a da aplicação do conhecimento gramatical no ensino/aprendizagem da língua (materna). O que vai tornar menos “próxima”, e mediada pela ciência, a relação da língua com o Estado e com a história da colonização. Já estão longe, em nossa memória, os atos de intervenção de Pombal, exigindo que se falasse e se escrevesse o português e não a Língua Geral. Não restam senão os seus efeitos. O lugar da imposição de um poder e da resistência desloca-se para o campo científico: o modo e a filiação a teorias que apagam ou não a historicidade da língua, que mostram ou não os compromissos políticos das teorias gramaticais (universais ou particulares). A relação entre unidade e diversidade, que é a relação nuclear, tanto para o Estado como para a língua, não perde sua validade e vai assim construindo sua história, fazendo seus percursos, significando seu jogo. Garantida a unidade de nossa língua, como ter e quem tem acesso ao seu conhecimento científico e aos seus usos mais valorizados? A relação não é mais entre portugueses e brasileiros, é entre teorias científicas sobre a linguagem. É a relação que se dá entre brasileiros e brasileiros (incluindo, excluindo, valorizando, hierarquizando, estigmatizando, explicando).

Diríamos, assim, que em um momento temos o Estado se constituindo e, no outro, ele já formalmente constituído. Isso nos dá a peculiaridade da relação do Estado com a ciência nessa história, se pensamos que houve uma explicitação progressiva da figura do Estado que se acompanha da caracterização da língua como uma questão científica.

Para finalizar, pensamos que se deva refletir sobre os próprios sentidos de gramática. No percurso que mostramos, a gramática deixa de ser um “monumento” à língua, para se apresentar como um “artefato” de ciência. Temos a partir daí uma tecnologia que serve ao gerenciamento da sociedade pelo Estado através de suas Instituições. Se, por outro lado, pensamos esta tecnologia não nessa sua função instrumental mas em sua relação com a Ciência, podemos compreender o modo como se constituem as políticas científicas. E isto se constrói em certas condições, das quais delineamos algumas, e tem suas conseqüências, que resta explorar.

Conhecer esta história permite-nos formar quadros capazes de compreender os processos de constituição da língua nacional para ensiná-la e aptos a compreender a natureza e extensão das políticas lingüísticas

que dizem respeito à língua nacional e às outras faladas no Brasil, considerando a própria produção de um conhecimento sobre essas línguas.

Certamente, pensar a gramática como objeto histórico que atesta senão a forma principal pelo menos uma das formas das mais decisivas da relação do sujeito com sua língua, permite, ao mesmo tempo:

- a. que ele a tome não apenas como um objeto formal ou naturalizado com o qual ele não teria outra relação senão o submeter-se ou desconhecê-lo mas como jogo a cujos efeitos está sujeito no vários sentidos ambíguos que pode ter o sujeito;
- b. que ele possa trabalhar, através da tomada em consideração da forma das gramáticas, as condições em que se produz essa necessidade de unidade da língua.

Essas são apenas duas das muitas possibilidades abertas por esse tipo de estudo e que não nos deixam para fora da história e dos sentidos já que, mesmo que não os controlemos, somos nós que, de alguma forma, os produzimos. Melhor saber que forma é esta.

Notas

⁷ Este texto resulta da junção de dois outros: um publicado pela ASSEL (1996), Rio de Janeiro, e o outro pelo boletim do projeto História das Idéias Lingüísticas, *Relatos*, n.4, (1997).

¹ A gramatização produz instrumentos lingüísticos (gramática e dicionário). Estes, assim como a escrita, são objetos lingüísticos históricos que dão forma às relações sociais. Eles enformam a relação do sujeito com outros sujeitos e com a formação social, significando assim essas relações sociais.

² No desenvolvimento de nossas pesquisas temos verificado que a posição teórica da Análise de Discurso nesse tipo de trabalho traz contribuições importantes que ainda resta explorar e situar heurística e epistemologicamente. Por exemplo, no estudo da relação entre autores, tem sido muito frutífero explorar procedimentos de análise que se baseiam nas noções de paráfrase, intertextualidade, autoria, interdiscursividade, efeito metafórico (transferência).

³ O Frei Caneca é objeto de análise na tese de doutorado de uma das pesquisadoras do projeto História das Idéias Lingüísticas, Cláudia Pfeiffer, em fase de conclusão.

⁴ Nesse sentido, e mais uma vez, me distancio do discurso sobre as idéias "fora de lugar", que parte do trabalho de R. Schwartz e que já criou uma tradição interpretativa bastante enraizada no Brasil. As idéias só podem estar fora de lugar numa perspectiva histórica positivista, evolutiva. Não no sentido de uma história material, quando se pensa o discurso como materialidade específica da ideologia e a linguagem como materialidade específica do discurso. Nesta perspectiva, o movimento importa sobre a fixidez dos lugares empíricos.

⁵ A noção de acontecimento discursivo é a que permite compreender os grandes deslocamentos feitos na história e que produzem um dizer "outro", abrem um espaço do enunciável, ou melhor, que produzem uma forma particular de enunciação, enquanto acontecimento na história.

⁶ Sem dúvida a prática da literatura nesse momento é decisiva nessa relação. Não estamos

pois excluindo o literato, estamos apenas fazendo ver que o gramático tem uma relevância às vezes esquecida nessa história. Gostaríamos, ainda, de lembrar, que a autoria nessa época é complexa, sendo o autor, muitas vezes, *ao mesmo tempo* gramático, historiador, literato, professor, político etc.

⁷ Cf. a esse respeito Dissertação de Mestrado de Lauro Baldini (1999).

Bibliografia

- AUROUX, S. (1992), *A Revolução Tecnológica da Gramatização*, Ed. Unicamp, Campinas.
- AUROUX, S. (1994), “A Hiperlíngua e a Externalidade da Referência” in *Gestos de Leitura*.
- BALDINI, L. J. S. (1999), “A Nomenclatura Gramatical Brasileira Interpretada, Definida Comentada e Exemplificada”. Unicamp-IEL, Campinas.
- CÂMARA Jr., J. M. (1972), *Dispersos*, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.
- GUILHAUMOU J. e MAZIÈRE F. (1994), “Efeitos do Arquivo. A Análise do Discurso do lado da História”, in *Gestos de Leitura*, Editora da Unicamp.
- LECOURT, D. (1978), *Pour Une Critique de l'Épistémologie*, Maspero, Paris.
- LAMEIRA DE ANDRADE E PACHECO SILVA, (1887), *Grammatica da Língua Portuguesa*, Francisco Alves, Rio de Janeiro.
- MAXIMINO MACIEL (1887), *Grammatica Analitica*, Rio de Janeiro, (reed. como *Grammatica Descritiva* em 1894).
- NASCENTES, A. (1939), *Estudos Filológicos*, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.
- ORLANDI, E. P. (1994), “A Língua Nacional”, *Boletim da ABRALIN*, SBPC, São Paulo.
- ORLANDI, E. P. (1996), “Ética e Política das Línguas” in *Línguas e Instrumentos Lingüísticos I*, HIL, Pontes, Campinas.
- ORLANDI, E. P. (2000), “Gramática, Filologia, Lingüística”, in *Revista da ANPOLL*, no.
- ORLANDI, E. P. (1996), “O Teatro da Identidade: a Paródia como Índice da Mistura Lingüística” in *Interpretação*, Ed. Vozes, Rio de Janeiro.
- ORLANDI, E. P. (1990), *Terra à Vista!*, Cortez/Unicamp Eds., São Paulo.

- PEREIRA, E. C. (1907), *Grammatica Expositiva*, Ed. Nacional, Rio de Janeiro.
- PACHECO SILVA e LAMEIRA DE ANDRADE (1887) *Grammatica da Língua Portuguesa (para uso dos Ginásios, Liceus e Escolas Normais)*, Liv. Francisco Alves, Rio de Janeiro.
- PIMENTEL PINTO, E. (1978), *O Português do Brasil - Textos Críticos e Teóricos*, Edusp, São Paulo.
- RIBEIRO, J. (1887), *Grammatica Portuguesa*, Francisco Alves, Rio de Janeiro.
- RIBEIRO, J. (1881), *Grammatica Portuguesa*, Jorge Seckler, São Paulo.
- RIBEIRO, J. (1887), *Grammatica Portuguesa*, Liv. Francisco Alves, Rio de Janeiro.
- RIBEIRO, J. (1887), *Procellarias*, Eds. Cultura Brasileira, São Paulo.
- Maximino Maciel (1887) *Grammatica (Analytica) Descriptiva*, Francisco Alves, 10 ed.
- RIBEIRO, J. (1884), *Estudos Filológicos*, Rio de Janeiro.
- RIBEIRO, J. (1889), *Dicionário Grammatical*, Rio de Janeiro.
- RIBEIRO, J. (1894), *Autores Contemporâneos*, Rio de Janeiro.
- RIBEIRO, J. (1905), *Páginas de Estética*, Rio de Janeiro.
- RIBEIRO, J. (1905), *Seleção Clássica*, Rio de Janeiro.
- RIBEIRO, J. (1908), *Frases Feitas*, Rio de Janeiro.
- RIBEIRO, J. (1910), *O Fabordão*, Rio de Janeiro.
- RIBEIRO, J. (1919), *O Folclore*, Rio de Janeiro.
- RIBEIRO, J. (1921), *A Língua Nacional*, Rio de Janeiro.
- RIBEIRO, J. (1927), *Curiosidades Verbais*, Rio de Janeiro.